

CORRIGENDA

PORTARIA Nº 4242/2015, datada de 31/07/2015, publicada no Diário da Justiça do dia 07/08/2015, pág. 50, de interesse da Dra. Celita Ribeiro Ciarlini, Promotora de Justiça.

ONDE SE LÊ:

... do Anexo Único da Portaria nº 6297/2014, no que pertine...

LEIA-SE:

... do Anexo Único da Portaria nº 6228/2014, no que pertine...

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 22 de junho de 2016.

PLÁCIDO BARROSO RIOS

Procurador-Geral de Justiça

CORRIGENDA

PORTARIA Nº 6657/2015, datada de 30/11/2015, escala de férias dos Promotores das Comarcas da 4ª Unidade Regional.

ONDE SE LÊ:

20	2ª Morada Nova	Gustavo Pereira Jansen de Mello	1º período aquisitivo de 2016 (15 dias)	06/04/2016 a 20/04/2016 (15 dias remanescentes)
			1º período aquisitivo de 2016 (15 dias remanescentes)	15/08/2016 a 29/08/2016 (15 dias remanescentes)

LEIA-SE:

20	2ª Morada Nova	Gustavo Pereira Jansen de Mello	1º período aquisitivo de 2016 (15 dias)	06/04/2016 a 20/04/2016 (15 dias)
			1º período aquisitivo de 2016 (15 dias remanescentes)	15/08/2016 a 29/08/2016 (15 dias remanescentes)

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 13 de junho de 2016.

PLÁCIDO BARROSO RIOS

Procurador-Geral de Justiça

DEFENSORIA PÚBLICA

A DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos I e VII do Art. 148-A da Constituição do Estado do Ceará, alterado pela Emenda Constitucional n.º 80, de 10 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 16 de abril de 2014, Art. 100 da Lei Complementar n.º 80, de 12 de janeiro de 1994 e em conformidade com o disposto na Lei Complementar n.º 06 de 28 de abril de 1997, alterada pela Lei Complementar Estadual n.º 117, de 27 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado em 28 de dezembro de 2012, RESOLVE EXONERAR, A PEDIDO, a servidora GINA KERLY PONTES MOURA, Matrícula n.º. 301.042-1-8, lotado no NÚCLEO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA CAPITAL VI, do Cargo de Direção e Assessoramento, de provimento em comissão de SUPERVISOR DE NÚCLEO, símbolo DAS-1, integrante da Estrutura organizacional da DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, a partir de 30 de junho de 2016.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 25 de junho de 2016.

MARIANA LOBO BOTELHO DE ALBUQUERQUE

DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

A DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos I e VII do Art. 148-A da Constituição do Estado do Ceará, alterado pela Emenda Constitucional n.º 80, de 10 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 16 de abril de 2014, Art. 100 da Lei Complementar n.º 80, de 12 de janeiro de 1994 e em conformidade com o disposto na Lei Complementar n.º 06 de 28 de abril de 1997, alterada pela Lei Complementar Estadual n.º 117, de 27 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado em 28 de dezembro de 2012, RESOLVE EXONERAR, A PEDIDO, o servidor WEIMAR SALAZAR MONTORIL, Defensor(a) Público(a), Matrícula n.º. 301.223-1-3, lotado no NÚCLEO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA CAPITAL X, do Cargo de Direção e Assessoramento, de provimento em comissão de SUPERVISOR DE NÚCLEO, símbolo DAS-1, integrante da Estrutura organizacional da DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, a partir de 14 de junho de 2016.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 20 de junho de 2016.

MARIANA LOBO BOTELHO DE ALBUQUERQUE

DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2016

PROCESSO Nº 16301735-2 DPGE(SPU)

I - CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ - DPGE/CE, inscrita no CNPJ sob o N.º N.º 02.014.521/0001-23, com endereço na Av. Pinto Bandeira, N.º 1111, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE;

II - CONTRATADA: MOB-RAIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TRENS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 22.568.532/0001-62, com sede na Av. José Bernadino, CE – 096, S/N, KM 25, Galpão I, Bairro Buriti, Barbalha/CE, CEP: 63.180-000;

III – OBJETO: Constitui objeto deste contrato AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIO (ASSENTO PARA LONGARINA) TODOS NOVOS E DE PRIMEIRO USO, compreendendo a entrega e montagem, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Código 50323-4, Item 14 - Anexo I do Edital e na proposta da CONTRATADA.

IV - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão nº 20140027, e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto;

V - FORO: da Comarca de Fortaleza-CE;

VI - VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

O prazo de execução do objeto deste contrato é de 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

VII - VALOR GLOBAL: O valor contratual global importa na quantia de R\$ 11.040,00 (onze mil e quarenta reais), sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta.

VIII - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos: Fonte 00, Orçamento 2016; Classificação 479; Dotação: 06100001.14.122.500.17431.15.44905200.1.00.00.0.20.00.

IX - DATA DA ASSINATURA: 21 de junho de 2016;

X - SIGNATÁRIOS: Mariana Lobo Botelho de Albuquerque, pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, e Antônio Almeida Sobrinho, representante legal da empresa

Petrus Henrique Gonçalves Freire
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 884/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.(VIPROC- 16366598-2)

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013, que delegou competência aos Coordenadores das Defensorias da Capital e do Interior para designar provisoriamente Defensores Públicos para exercerem atividades em órgãos de atuação nos casos de substituição ou auxílio em outros órgãos de atuação pelo prazo máximo de 30(trinta) dias.

Considerando o Edital Grupo de Trabalho - GT nº 05/2016 da Comissão de Seleção de Estudantes de Direito ao Programa de Estágio Obrigatório, de 10 de junho de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar os defensores abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições, atuarem na fiscalização das provas para seleção pública de estagiários – Área Direito -GT 05/2016 da Comissão de Seleção dos Estudantes de Direito ao Programa de Estágio Obrigatório, que serão realizadas no dia 10 de junho de 2016, nas cidades de Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte, Quixadá, Russas e Sobral.

FORTALEZA		
DEFENSOR(A)	MATRÍCULA Nº	ENTRÂNCIA
Adressa Monteiro de Alencar Cortez	300.333-1-0	Inicial
Adriana Cristina Pereira Benício	301.272-1-8	Inicial
Alexandre de Moraes Saldanha	301.249-1-X	Inicial
Alisson Daher Barbosa	301.247-1-5	Inicial
Ana Paula Rocha Asfor	300.329-1-8	Inicial
Ana Thallita de Siqueira Nóbrega	301.290-1-6	Inicial
Antônio David Guerra Rolim de Oliveira	300.336-1-2	Inicial
Beatriz Fonteles Gomes Pinheiro	300.325-1-9	Inicial
Bianca Carvalho Dalenogare	300.347-1-6	Inicial

Camila Vieira Nunes Moura	301.218-1-3	Intermediária
Graziella Viana da Silva	300.335-1-5	Inicial
Hilda Cela de Arruda Coelho	301.234-1-7	Inicial
Ivana Dias Mascarenhas Alves	300.344-1-4	Inicial
José Roberto da Rocha	301.216-1-9	Intermediária
Luciana Maria Oliveira do Amaral	301.241-1-1	Inicial
Manoella de Queiroz Freitas Lima	301.213-1-7	Intermediária
Marcia Maria Pinheiro da Silva	301.251-1-8	Intermediária
Marcio de Viera Leite Maranhão	301.312-1-5	Inicial
Marly Anne Ojaimé Cavalcanti de Albuquerque	301.264-1-6	Inicial
Nilo de Oliveira Mendonça Filho	301.097-1-6	Final
Sâmia Costa Farias Maia	301.180-1-4	Intermediária

IGUATU		
DEFENSOR(A)	MATRÍCULA Nº	ENTRÂNCIA
Paulo Wendel Carneiro Bezerra	300.349-1-0	Inicial

JUAZEIRO DO NORTE		
DEFENSOR(A)	MATRÍCULA Nº	ENTRÂNCIA
Heitor Estrela Gadelha	301.229-1-7	Inicial
Ramylle Maria de Almeida Holanda	301.066-1-X	Final
Aline Marinho Rodrigues Duarte	301.291-1-3	Inicial

QUIXADÁ		
DEFENSOR(A)	MATRÍCULA Nº	ENTRÂNCIA
Júlio César Matias Lobo	301.191-1-8	Intermediária

RUSSAS		
DEFENSOR(A)	MATRÍCULA Nº	ENTRÂNCIA
Alan José Couto de Moraes	301.298-1-4	Inicial

SOBRAL		
DEFENSOR(A)	MATRÍCULA Nº	ENTRÂNCIA
Igor Barreto de Menezes Pereira	301.222-1-6	Inicial

Art. 2º De acordo com o Art. 1º, § 2º, da Resolução nº 118 do CONSUP, tem compensação de 1(um) dia para cada atividade de natureza extraordinária realizada.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensoria da Capital

PORTARIA Nº 919/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar ROBERTA MADEIRA QUARANTA, Defensora Pública de Entrância Final, Matrícula nº. 301.032-1-1, que atua no Núcleo de Resposta do Réu, para somente neste ato, apresentar contestação nos autos do processo nº 947-56.2015.8.10.0137, que tramita na Vara Única da Comarca de Tutóia/MA, defendendo os interesses de VIVIANE GOMES ARAUJO.

Fortaleza, 14 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 908/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar PAULO ROBERTO BENTES VASCONCELOS, Defensor Público de Entrância Final, Matrícula nº. 301.016-1-8, que atua na 12ª Unidade de Juizado Especial, Cível e Criminal, para somente neste ato, atuar nos autos do processo nº 3000218.13.2016.8.06.0021, que tramita na 7ª Unidade de Juizado Especial, Cível e Criminal, defendendo os interesses de LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA.

Fortaleza, 13 junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital - CDC

PORTARIA Nº 909/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar YAMARA LAVOR COLARES, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.304-1-3, para atuar, cumprindo as intimações virtuais recebidas no período de 13.06 a 01.07.2016 das férias da Defensora Pública que atua na 3ª Defensoria de Família (13.06 a 12.07.2016), no período de 14.06 a 23.06.2016, das férias do Defensor Público que atua na 11ª Defensoria de Família (14.06 a 23.06.2016), no período de 21/06 a 01/07/2016 das férias da Defensora Pública que atua na 8ª Defensoria de Família (21.06 a 20.07.2016), no período de 29.06 a 01.07.2016 das férias da Defensora Pública que atua

na 17ª Defensoria de Família (29.06 a 28.07.2016), no período de 16.06 a 01.07.2016, da licença da Defensora Pública que atua na 4ª Defensoria de Família (16.05 a 14.07.2016), revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 13 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 911/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. Designar MONIQUE ROCHA DIAS, Defensor(a) Público(a) de Entrância Final Matrícula nº. 301.022-1-5, que atua na 6ª Defensoria do NAPI, para atuar na elaboração das Execuções de Alimentos, de acordo com o novo CPC, pelo período de 30(trinta) dias, a partir do dia 01 de junho de 2016, sem prejuízo das funções.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 01 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 913/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar LUIZ DIEGO RIBEIRO VINHAS LOPES, Defensor Público de Entrância Intermediária, Matrícula nº. 301.174-1-7, que atua no Núcleo de Resposta do Réu, para somente neste ato, apresentar manifestação nos autos do processo nº 7291-26.2015.8.811.0040, que tramita na 2ª Vara da Comarca de Sorriso/MT, defendendo os interesses de ANA ITLA GADELHA EVANGELISTA.

Fortaleza, 14 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 914/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar LUIZ DIEGO RIBEIRO VINHAS LOPES, Defensor Público de Entrância Intermediária, Matrícula nº. 301.174-1-7, que atua no Núcleo de Resposta do Réu, para somente neste ato, apresentar justificação nos autos do processo nº 603-91.2015.8.06.0200, que tramita na Vara Única Vinculada da Comarca de Milhã/CE, defendendo os interesses de MÁRIO DIEGO SILVA SEABRA.

Fortaleza, 14 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 915/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e
Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;
Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;
Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar LUIZ DIEGO RIBEIRO VINHAS LOPES, Defensor Público de Entrância Intermediária, Matrícula nº. 301.174-1-7, que atua no Núcleo de Resposta do Réu, para somente neste ato, apresentar contestação nos autos do processo nº 0734738-17.2015.8.02.0001, que tramita na 25ª Vara Cível da Comarca de Maceió/AL, defendendo os interesses de CALEBE DE OLIVEIRA FERREIRA.

Fortaleza, 14 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 916/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar VINÍCIUS NORONHA DA COSTA, Defensor Público de Entrância Final, Matrícula nº. 301.041-1-0, que atua no Núcleo de Resposta do Réu, para somente neste ato, apresentar petição nos autos do processo nº 11122-69.2015.8.06.0154, que tramita na 2ª Vara da Comarca de Quixeramobim/CE, defendendo os interesses de ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA.

Fortaleza, 14 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 917/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar VINÍCIUS NORONHA DA COSTA, Defensor Público de Entrância Final, Matrícula nº. 301.041-1-0, que atua no Núcleo de Resposta do Réu, para somente neste ato, apresentar petição nos autos do processo nº 5735-15.2015.8.06.0141, que tramita na Vara Única da Comarca de Paraipaba/CE, defendendo os interesses de JOSÉ MILTON PEREIRA DA SILVA.

Fortaleza, 14 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 918/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar VINÍCIUS NORONHA DA COSTA, Defensor Público de Entrância Final, Matrícula nº. 301.041-1-0, que atua no Núcleo de Resposta do Réu, para somente neste ato, apresentar justificção nos autos do processo nº 5960-28.2013.8.06.0166, que tramita na Vara Única da Comarca de Senador Pompeu/CE, defendendo os interesses de FRANCISCO VILDES MOREIRA DA SILVA.

Fortaleza, 14 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 920/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar REGINA MARA SÁ PALÁCIO CÂMARA, Defensora Pública de Entrância Final, Matrícula nº. 301.004-1-7, que atua no Núcleo de Resposta do Réu, para somente neste ato, atuar no processo de nº 0047895-92.2012.8.06.0001, que tramita na 9ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza/CE, defendendo os interesses do Requerido CARLOS JORGE LOPES DE FREITAS.

Fortaleza, 13 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 925/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar VINÍCIUS NORONHA DA COSTA, Defensor Público de Entrância Final, Matrícula nº. 301.041-1-0, que atua no Núcleo de Resposta do Réu, para somente neste ato, apresentar contestação nos autos do processo nº 1002871-87.2015.8.26.0445, que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Pindamonhangaba/SP, defendendo os interesses de DOUGLAS ZAPPA LEITE.

Fortaleza, 14 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 928/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e
Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;
Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;
Considerando o disposto na Portaria 209/2013, de 25.01.2013;
Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar MUNIZ AUGUSTO FREIRE ARAUJO EVARISTO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.331-1-6, para atuar na 5ª Defensoria da Infância e Juventude na comarca de Fortaleza, pelo período de 01 a 30 de junho de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 01 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 929/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar FRANCISCO IVO DA SILVEIRA NETO, Defensor Público de 2º Grau de Jurisdição, Matrícula nº. 106.573-1-8, que atua na 17ª Unidade de Juizado Especial, Cível e Criminal, para somente neste ato, apresentar réplica nos autos do processo nº 3000301-59.2015.8.06.0011, que tramita na 18ª Unidade de Juizado Especial, Cível e Criminal, defendendo os interesses de MARIA NICE VIANA PINHEIRO.

Fortaleza, 15 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 930/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e

art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar DYRCE MARIA CALISTO FAMA, Defensora Pública de 2º Grau de Jurisdição, Matrícula nº. 106.574-1-5, que atua na 16ª Unidade de Juizado Especial, Cível e Criminal, para, somente neste ato, apresentar Réplica nos autos do processo nº 3000327-57.2016.8.06.0011, que tramita na 18ª Unidade de Juizado Especial, Cível e Criminal, defendendo os interesses de MANOELITO GUIMARÃES DOMINGUES NETO.

Fortaleza, 15 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 931/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar RAIMUNDO FÁBIO IVO GOMES, Defensor Público de Entrância Final, Matrícula nº. 301.098-1-3, que atua na 2ª Defensoria dos Juizados Especiais (8ª UJECC), para, somente neste ato, apresentar Réplica nos autos do processo nº 47318-79.2015.8.06.0011, que tramita na 18ª Unidade de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, defendendo os interesses de MARIA NASCIMENTO GAMILEIRA.

Fortaleza, 15 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 939/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação para Auxílio em Atividade Extraordinária no CDC nº. 049/2015, de 27 de maio de 2016;

Considerando o disposto na Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar LAÍS FACÓ ALMEIDA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.239-1-3, para atuar na 13ª Vara Cível da comarca de Fortaleza, pelo período de 14 de junho a 13 de julho de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 940/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação para Auxílio em Atividade Extraordinária no CDC nº. 049/2015, de 27 de maio de 2016;

Considerando o disposto na Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar RAFAEL MAIA TEIXEIRA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.341-1-2, para atuar na 18ª Vara Cível da comarca de Fortaleza, pelo período de 14 de junho a 13 de julho de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 941/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 0209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar CARLOS ALBERTO MENDONÇA OLIVEIRA, Defensor(a) Público(a) de 2º Grau de Jurisdição, Matrícula nº. 106.567-1-0, que atua na 4ª Defensoria Criminal do 2º Grau, para atuar nas audiências do Juizado do Torcedor, na 4ª Unidade de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 16 de junho de 2016.

Fortaleza, 16 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 942/2016

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o disposto no Art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar DAVYD JEFFERSON PINHEIRO DE CASTRO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.342-1-X, para atuar nas 1ª, 2ª e 14ª Varas da Fazenda Pública da comarca de Fortaleza, pelo período de 15 de junho a 29 de junho de 2016, cumprindo intimações eletrônicas recebidas no período mencionado, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 15 de junho de 2016

Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensorias da Capital

PORTARIA Nº 934/ 2016

REVOGA PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) EM CARGO EM COMISSÃO DE SUPERVISOR(A) DE NÚCLEO, NO CASO QUE ESPECIFICA

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, inciso I, art. 22 e art. 44, inciso II, da Resolução nº. 72, de 18 de janeiro de 2013;

CONSIDERANDO o disposto nos autos do procedimento nº 16390835-4 (vipro);

CONSIDERANDO o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais;

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1882/2015 que nomeou WEIMAR SALAZAR MONTORIL, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.223-1-3, em cargo em comissão de Supervisor(a) do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas, com atribuição complementar à Coordenadoria das Defensorias da Capital – CDC.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 15 de junho de 2015.

Mariana Lobo B. De Albuquerque
Defensora Pública Geral
DPGE-CE

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DO CEARÁ

Ordem dos Advogados do Brasil
Secção do Ceará

EDITAL Nº 10685/2016

Edital da Secretaria-Prazo: 05 (cinco) dias. A Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, faz público que requereram Inscrição Definitiva no Quadro de Advogados os Bacharéis: ADNEIDE PINTO DO LAGO, ALAN JONES AZEVEDO KJAER, JANIO BONFIM MATOS, KADIDYA ARCANJO BARRETO MELO, MARIA DE NAZARÉ HONORATO DE OLIVEIRA, DANIELLE TORQUATO MAIA, WAGNER BARROS BARRETO JUNIOR, FERNANDA FIAMA LIMA CARDOSO, CAIO CESAR DE VASCONCELOS CHAVES, ALLANA PESSOA DE MELO, BRUNO FEIJÓ ALBUQUERQUE, JULIANA AUGUSTA ACCORSINI, MARIA DA CONCEIÇÃO FROTA DE OLIVEIRA, THIAGO COELHO MAIA, REBECA PEIXOTO ALVES, ANA FABRÍCIA DE OLIVEIRA, CARLOS EMANUEL GONÇALVES ARAÚJO, TAMARA BARBOSA DUETE PEIXOTO, FRANCISCO EUGÊNIO PINHEIRO, JOSE ARIMETEIA CUNHA. O presente aviso é feito com prazo de 05 (cinco) dias úteis. Fortaleza, 30 de junho de 2016.

Christiane do Vale Leitão
Secretária Geral

Ordem dos Advogados do Brasil
Secção do Ceará

EDITAL Nº 12050/2016

Edital da Secretaria-Prazo: 05 (cinco) dias. A Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, faz público que requereu Inscrição Suplementar da OAB/RN no Quadro de Advogados o(a) Advogado(a): MARIANA FASANARO DE CARVALHO. O presente aviso é feito com prazo de 05 (cinco) dias úteis. Fortaleza, 30 de junho de 2016.

Christiane do Vale Leitão
Secretária Geral

Ordem dos Advogados do Brasil
Secção do Ceará

EDITAL Nº 12365/2016

Edital da Secretaria-Prazo: 05 (cinco) dias. A Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, faz público que requereu Inscrição no Quadro de Estagiários, o Acadêmico: JAMES VIANA QUEIROZ. O presente aviso é feito com prazo de 05 (cinco) dias úteis. Fortaleza, 30 de junho de 2016.

Christiane do Vale Leitão
Secretária Geral